

O USO DE INDICADORES DE RENDIMENTO PARA NORTEAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Flavia Costa Lima Ferreira*

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar o uso de indicadores de rendimento como forma de auxílio e acompanhamento no desenvolvimento das políticas públicas do Ensino Médio desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ). Para isso, apresenta-se o conceito, como são calculados, em que local são encontrados e a importância dos indicadores de rendimento. Em sequência, são apresentados os dados e analisadas as taxas de aprovação, reprovação e abandono do Ensino Médio, de 2011 a 2018, do Brasil, da Região Sudeste e dos estados que a compõem. Por fim, são apresentados os dados específicos do Ensino Médio da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, entre 2011 e 2018, e da Seeduc-RJ, de 2011 a 2015, assim como as políticas públicas que foram implementadas e desenvolvidas pela Secretaria durante o período estudado. Como resultado, foi possível verificar que as taxas de rendimento, no Estado do Rio de Janeiro, passaram por diversas oscilações durante o período analisado e que, ainda hoje, a Secretaria enfrenta altos índices de reprovação e abandono escolar no Ensino Médio. Dessa forma, após análise dos dados, verificou-se a possibilidade de utilizar os dados de rendimento para nortear as políticas públicas educacionais no Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Indicadores de Rendimento. Ensino Médio. Políticas Públicas Educacionais.

ABSTRACT

The article aims to present the use of performance indicators as a form of assistance and monitoring in the development of public high school policies developed within the scope of the State Department of Education of the State of Rio de Janeiro (Seeduc-RJ). For this, the concept is presented, how they are calculated, where they are found and the importance of the performance indicators. In sequence, the data are presented and the rates of pass, fail and drop out of High School, from 2011 to 2018, of Brazil, the Southeast Region and the states that compose it are analyzed. Finally, specific data on secondary education from the state education network in Rio de Janeiro, between 2011 and 2018, and from Seeduc-RJ, from 2011 to 2015, are presented, as well as the public policies that have been implemented and developed, the Secretariat, during the studied period. As a result, it was possible to verify that the income rates, in the State of Rio de Janeiro, went through several fluctuations during the analyzed period and that, even today, the Secretariat faces high failure and dropout rates in high school. Thus, after analyzing the data, it was possible to use the performance data to guide public educational policies in the State of Rio de Janeiro.

Keywords: Income Indicators. High school. Educational Public Policies.

* Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior. Universidade Cândido Mendes. Bacharel em Matemática. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Licenciada em Matemática. Universidade Castelo Branco. Coordenadora de Ensino Médio na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

A qualidade do ensino-aprendizagem, no Brasil, vem sendo foco de debates e discussões ao longo dos anos. Tais debates acabam trazendo à tona os altos índices de reprovação das redes de ensino e as taxas elevadas de alunos que acabam interrompendo seus ciclos de aprendizagem durante o percurso formativo.

Isso nos leva a pensar sobre o abandono, a aprovação e a reprovação, colocando em cheque o que, na verdade, está sendo ofertado para os alunos nas redes de ensino, como esses alunos estão sendo preparados durante o Ensino Médio e, até mesmo, para enfrentarem níveis mais elevados de aprendizagens.

Tais desafios da oferta de um ensino-aprendizagem de qualidade, em que sejam dadas condições reais do aluno aprender, vêm sendo enfrentados em todas as redes de ensino do nosso país. Uma das formas de se mensurar a aprendizagem é por meio das avaliações externas, sejam elas: estaduais, nacionais ou internacionais. Desta forma, Vasconcellos (1994, p.43) retrata que:

A avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica na reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar obstáculos. (VASCONCELLOS, 1994, p. 43)

Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), atualmente, não possui uma avaliação externa estadual, por isso, ao pensarmos no desenvolvimento de Programas, Projetos, aquisições de recursos pedagógicos e definição de metodologias de ensino-aprendizagem, é necessária a busca de índices que norteiem a Secretaria na definição das políticas públicas.

Conforme o que define Freitas (2009, p. 47), as avaliações em larga escala, assim como os demais resultados estatísticos educacionais são:

[...] um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas (FREITAS, 2009, p. 47)

Sendo assim, pode-se concluir que não é razoável pensar-se em políticas públicas para o Estado do Rio de Janeiro sem a definição de metas e análise de resultados. Atualmente, temos diversos resultados, principalmente os extraídos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), das Avaliações Externas Estaduais e do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os quais acabam possibilitando que os

Estados avancem na estruturação e efetivação das suas políticas públicas, a fim de definirem os recursos e metodologias pedagógicas a serem empregadas em sala de aula.

Outra forma de acompanhar a qualidade da educação pode ser evidenciada pelas medidas de fluxo, que permitem a extração e análise de dados que dão a possibilidade de avaliação das mais distintas formas de ofertas de educação pelo Brasil afora.

Nesse sentido, o presente artigo visa mostrar a possibilidade que gestores da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, carente de uma política de avaliação externa própria, têm de lançar mão dos indicadores de rendimento, para verificar, ao longo dos anos, quais Programas, Projetos e metodologias pedagógicas aplicadas podem influenciar no resultado de tais índices e, conseqüentemente, no ensino-aprendizagem dos alunos de Ensino Médio da rede estadual de ensino.

Dessa forma, este artigo busca, ao analisar e interpretar os resultados das taxas de rendimento das escolas de Ensino Médio da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro extraídas do Censo Escolar (INEP) e desenvolvidas pela Coordenadoria de Censo Escolar da SEEDUC-RJ entre os anos de 2015 a 2019, propiciar uma avaliação e até mesmo redirecionamento das ações relativas à implementação/acompanhamento de programas, projetos e metodologias educacionais desenvolvidos com o objetivo de aprimorar o ensino-aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, melhorar os resultados nas avaliações externas.

É importante ressaltar que os indicadores de rendimento acabam sendo uma ferramenta de análise importante nas definições das estratégias a serem traçadas pela SEEDUC-RJ ao pensarmos, por exemplo, em definir uma política de correção de fluxo, pois precisamos saber se a rede possui um índice grande de defasagem/idade série; ou quando se pretende implementar e desenvolver um Programa de reforço escolar, em que se torna essencial saber se os alunos estão com dificuldade de avançar em sua série escolar.

O artigo está dividido em três seções. A primeira seção introduz os principais conceitos sobre as taxas de rendimento, em que local as encontramos e qual a importância de serem analisadas, também são dispostos e discutidos os dados das taxas de rendimento dos últimos anos do Brasil, da Região Sudeste e dos Estados que a compõem, entre os anos de 2011 a 2018. Na segunda seção, são apresentados e analisados os dados da rede estadual de ensino e os específicos da SEEDUC-RJ, assim como as ações desenvolvidas durante o período de 2011 a 2015. Já na terceira e última seção, são analisados os dados de rendimento e as políticas públicas que foram desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Educação e que possam ter influenciado de forma positiva ou negativa nestas taxas de rendimento, entre 2015

e 2019. Por fim, encontram-se apresentadas as considerações finais, em que são abordadas as principais conclusões das análises referenciadas no artigo.

2 A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS TAXAS DE RENDIMENTO NO CONTEXTO DA QUALIDADE EDUCACIONAL

A educação brasileira, ao longo dos anos, passou por diversas mudanças significativas em sua estrutura. Após o Regime Militar, o foco do país foi a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988) e a definição dos preceitos básicos a serem seguidos. Com o advento da CF, foi definido que a educação é um direito de todos e a sua garantia é um dever do Estado. Isto quer dizer que todos, independentemente de idade, sexo e cor, precisam ter a oferta de ensino garantida pelo poder público.

Anos mais tarde, tivemos a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996), que definiu regras específicas para a Educação. Por conseguinte, a legislação tornou eminente a implementação de estratégias e o emprego de investimento a fim de garantir uma educação justa e de qualidade.

Anos se passaram desde estas primeiras definições educacionais e muitos ainda são os desafios na área. Ao pensarmos em qualidade educacional, por exemplo, ainda não existe “um consenso em termos conceituais do significado acerca da qualidade do ensino, uma vez que a diversidade de visões de mundo conduz à construção de expectativas, projeções e ideais de qualidade diferenciados” (CAMARGO et al., 2006, p. 23).

Analisando desde a estrutura física da escola, as possibilidades que são ofertadas aos alunos, a formação dos professores até as condições de desigualdades sociais enfrentadas pelos estudantes, percebe-se que todos esses são fatores que possivelmente impactam na qualidade do ensino-aprendizagem dos alunos. Segundo Wittrock apud Coll (1994, p. 152):

[...] existem outros aspectos ou processos psicológicos que agem como mediadores entre o ensino e os resultados da aprendizagem: a percepção que o aluno tem da escola, do professor e das suas atuações; as suas expectativas perante o ensino; as suas motivações, crenças, atitudes e atribuições; as 27 estratégias de aprendizagem que é capaz de utilizar, etc. Definitivamente, tudo parece indicar que o aluno constrói significações ao mesmo tempo que atribui um sentido ao que aprende, de tal maneira que as significações que finalmente constrói a partir do que lhe é ensinado não dependem, só dos conhecimentos prévios que possua e do seu colocar em relação com o novo material de aprendizagem, mas também do sentido que se atribui a este e à própria atividade de aprendizagem. (COLL, 1994, p. 152)

A busca por métodos, ferramentas e descritores que pudessem definir e traçar elementos comparativos que evidenciassem o nível de qualidade da educação brasileira foi

palco de debates durante décadas no nosso país. Cabe ressaltar que “[...] como atividade humana e social, a pesquisa traz consigo, inevitavelmente, a carga de valores, preferências, interesses e princípios que orientam o pesquisador” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 3), e, encontrar indicadores que possibilitassem uma análise real da situação pontual de cada escola ao longo dos anos tornou-se o grande desafio dos pesquisadores da educação.

Nesse contexto, surgiram os mais diversos indicadores educacionais e seus usos começaram a viabilizar que diretores, professores e gestores pudessem traçar estratégias a fim de ofertar uma educação pautada nos preceitos de igualdade e qualidade. Ao analisá-los é possível identificar diversas situações que pedem por mudanças, além de aprimorar e incentivar aquelas que refletem o sucesso.

Os indicadores educacionais de qualidade, por exemplo, trazem em sua composição parâmetros de quantidade e qualidade que auxiliam na elaboração e implementação das diversas políticas, metodologias e ferramentas educacionais, a fim de que seja verificado se os objetivos estão sendo alcançados ou necessitam de adequações e aprimoramentos.

Dentre os indicadores de qualidade mais utilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para avaliar o ensino-aprendizagem das redes de ensino, temos as taxas de rendimento. Elas são obtidas com base nas informações referentes ao rendimento e movimentação dos alunos nas redes de ensino e são informadas pelas unidades escolares de todos os países, na segunda etapa do Censo Escolar (INEP, 2020).

As taxas de rendimento têm como base de cálculo a movimentação dos alunos nas respectivas redes de ensino e o rendimento durante o ano letivo, ou seja, a aprovação, a reprovação e o abandono. Ressalta-se que tais taxas são importantes no acompanhamento, análise e tomadas de decisão por parte das diversas redes e principalmente das unidades escolares, que, através delas, podem redirecionar suas práticas e metodologias pedagógicas.

Dentre as taxas de rendimento, temos a taxa de aprovação, que retrata o percentual de alunos que atingiram, ao término do ano letivo, os critérios mínimos que garantem a sequência para a próxima etapa de escolaridade. Cabe esclarecer que a média da taxa de aprovação é utilizada no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007 visando aferir a qualidade da Educação no Brasil. Tal indicador associa as taxas de rendimento do Censo Escolar ao desempenho dos discentes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

A taxa reprovação representa o conceito oposto, ou seja, o percentual de discentes que, ao final do ano letivo, não conseguiram alcançar os critérios mínimos que garantem a

sequência para a próxima etapa de escolaridade. Já o abandono representa o percentual de alunos que, após da data de referência do Censo Escolar, deixaram de frequentar a escola.

Para efetivar os cálculos das taxas de rendimento, consideramos as matrículas absolutas da rede de ensino, ou seja, as matrículas efetivadas no início do período letivo na referida etapa de escolaridade menos os falecidos e as matrículas sem informação de rendimento, falecimento ou abandono escolar. Daí então, conforme definido pelo INEP

TAXA DE APROVAÇÃO:

$$T_{XAP} = (APR / (APR+REP+ABA))X100$$

TAXA DE REPROVAÇÃO:

$$T_{XRP} = (REP / (APR+REP+ABA))X100$$

TAXA DE ABANDONO:

$$T_{XAB} = (ABA / (APR+REP+ABA))X100$$

(2016):

Sendo: * APR = Número de Matrículas Aprovadas

* REP = Número de Matrículas Reprovadas

*ABA = Número de Matrículas que Deixaram de Frequentar

Ao considerarmos a importância das taxas de rendimento, verificamos que estas permitem um acompanhamento do rendimento da escola e da rede de ensino. O que, de certa forma, possibilita o direcionamento e redirecionamento de ações pedagógicas que viabilizam a melhoria do ensino-aprendizagem.

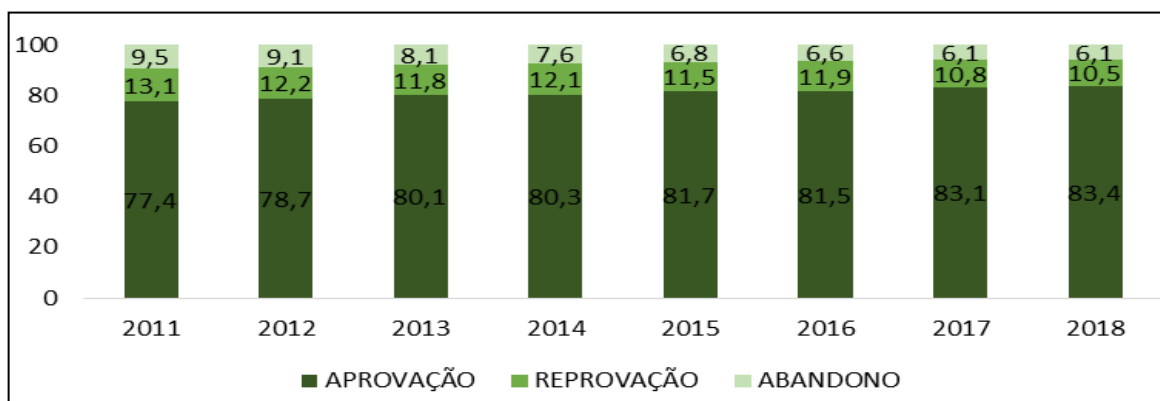
Ao analisarmos as taxas de aprovação e reprovação, por exemplo, é possível, perceber a necessidade, ou não, de se adequar os métodos e metodologias aplicadas a fim de garantir que o aluno consiga de fato aprender e desenvolver as habilidades e competências que garantam a evolução, a cada ano, nos ciclos de aprendizagem componentes das etapas da Educação Básica.

No entanto, ao observarmos as taxas de abandono, é possível aprofundar os estudos no intuito de verificar os reais motivos que estão levando os alunos a desistirem dos estudos. Tais análises podem levar a implementação de programas, projetos e metodologias educacionais que possam tornar a escola mais atrativa ou, por exemplo, tornar o ensino-aprendizagem mais próximo das realidades educacionais dos discentes, de modo a favorecer que os alunos aprendam e vençam seus obstáculos. Nesse sentido, como define Freire (1996, p. 26) “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

No Gráfico 1, estão dispostas as taxas de rendimento dos discentes do Ensino Médio de todo país. Desta forma, é possível uma análise dos dados do ano de 2011 até 2018,

relativos às taxas de aprovação, reprovação e abandono, de forma que são verificados possíveis acréscimos e decréscimos.

Gráfico 1 – Evolução das taxas de rendimento do Ensino Médio das escolas brasileiras de 2011 a 2018

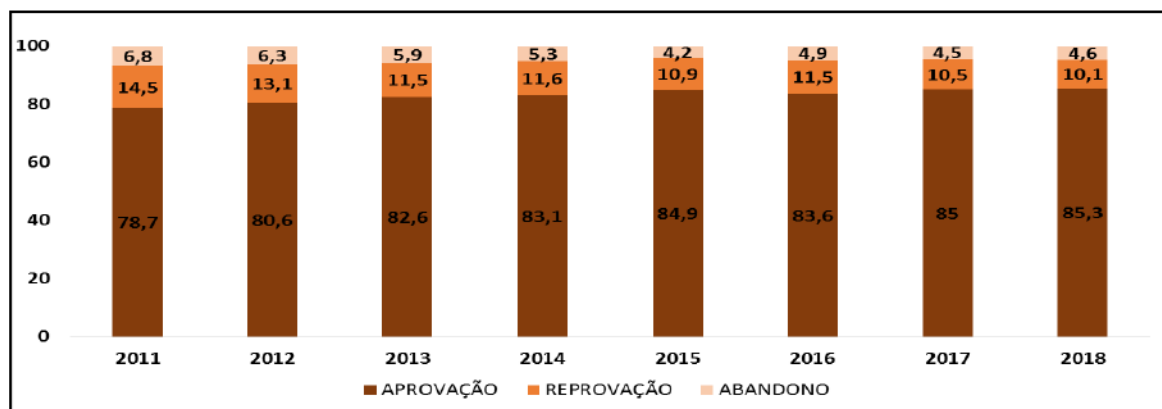


Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP

Na análise do Gráfico 1, percebe-se que, de 2011 para 2015, a taxa de aprovação vem crescendo gradativamente. Em 2016, ela teve uma pequena redução de 0,2% e, de 2016 até 2018, voltou a crescer. A taxa de abandono esteve em queda até o ano de 2017 e, no ano de 2018, manteve-se inalterada. Já a taxa de reprovação manteve-se em queda até o ano de 2013. No ano seguinte, apresentou um aumento de 1,3%, voltou a cair em 2015, com um leve aumento de 0,4% em 2016. Do ano de 2016 até o ano de 2018, reduziu 1,5% caracterizando uma instabilidade na manutenção desta taxa.

O Gráfico 2 apresenta as taxas de rendimento dos alunos do Ensino Médio da Região Sudeste, composta pelos estados de: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Os dados são importantes para que possamos fazer uma análise entre a região Sudeste e o Brasil, considerando que esta é a região que sofre influência dos dados do Estado do Rio de Janeiro.

Gráfico 2 – Evolução das taxas de rendimento do Ensino Médio das escolas da Região Sudeste de 2011 a 2018



Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP

A partir da análise dos dados da Região Sudeste, quando comparados aos nacionais, percebe-se que a região apresenta índices melhores do que o Brasil ao longo de todos os anos com relação às taxas de aprovação e abandono. De 2011 a 2018, a aprovação na Região Sudeste apresenta índices maiores enquanto que o abandono, menores, em relação ao contexto nacional.

Vale destacar que, desde 2011, os percentuais de aprovação na Região Sudeste vêm subindo gradativamente e não sofreram nenhuma queda durante todo período analisado e, em 2018, atingiu um crescimento total de 6,6%. Esse crescimento acompanha o crescimento da taxa de aprovação escolar do Brasil durante o período.

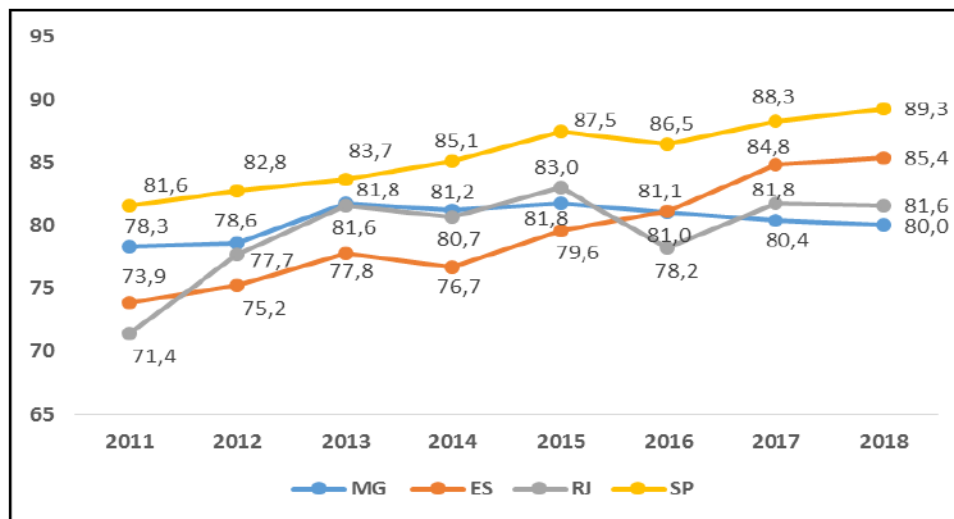
Já as taxas de reprovação sofreram queda de 3,0%, nos índices de 2011 a 2013, o que representa mais que o dobro de redução quando comparadas ao país durante o mesmo período. Em 2014, as taxas de reprovação das escolas da Região Sudeste tiveram um leve aumento de 0,1%, enquanto que os percentuais nacionais aumentaram 0,3%.

Entre os anos de 2015 a 2018, as taxas de reprovação continuaram oscilando tanto na Região Sudeste quanto no Brasil. Ressalta-se que, nos dois últimos anos, houve reduções de praticamente os mesmos valores tanto na Região Sudeste quanto no Brasil.

A seguir, são apresentados os Gráficos 3, 4 e 5, que trazem um comparativo das taxas de aprovação, reprovação e abandono dos estados da Região Sudeste. Esse comparativo é importante para analisarmos a influência de cada estado sobre os dados da Região. Analisando cada estado que compõe a Região Sudeste, podemos observar, através dos gráficos, que São Paulo é o estado que apresenta melhores resultados e maior estabilidade com relação às taxas de rendimento. As taxas de aprovação apresentam maiores percentuais, com diferenças consideráveis, quando comparada aos demais estados. Já as taxas de

reprovação sofreram quedas ao longo dos anos apresentando uma redução de 6,4% de 2011 a 2018.

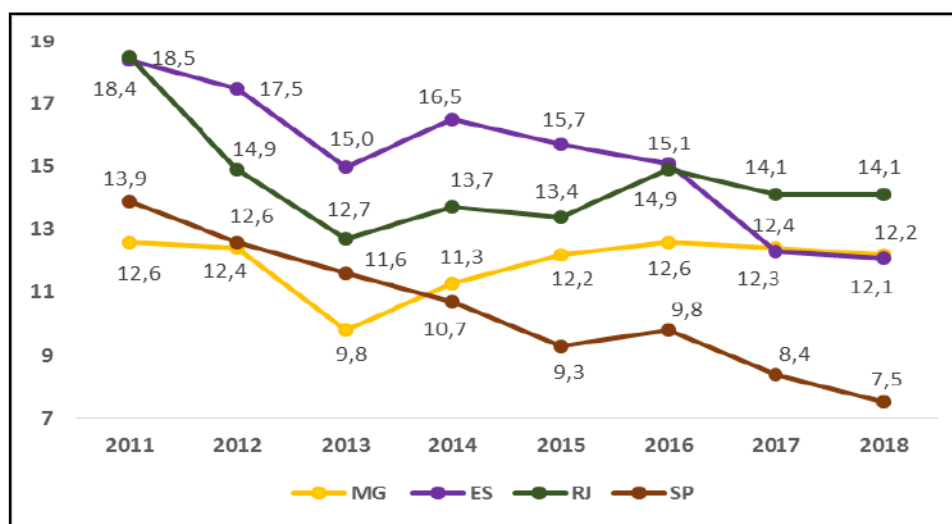
Gráfico 3 – Comparativo das taxas de aprovação do Ensino Médio das escolas dos estados da região Sudeste de 2011 a 2018



Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP

O estado de Minas Gerais também apresentou um equilíbrio nas taxas de aprovação, mas, ao final de 2018, foi o estado da Região Sudeste que apresentou a pior taxa de aprovação, seguido do Rio de Janeiro, com uma diferença de 1,6%. A maior oscilação na taxa de aprovação pode ser percebida no estado do Rio de Janeiro, com acréscimos de 2011 a 2013, redução de 2013 a 2014, crescimento de 2014 a 2015, queda de 4,8% de 2015 para 2016, outro crescimento de 2016 a 2017 e novamente queda de 2017 a 2018. Já o estado do Espírito Santo apresentou uma forte queda na taxa de aprovação no ano de 2014, mas, nos anos subsequentes, a taxa voltou a subir, atingindo 85,1%, segundo maior percentual da Região, com uma diferença de 4,2% para São Paulo.

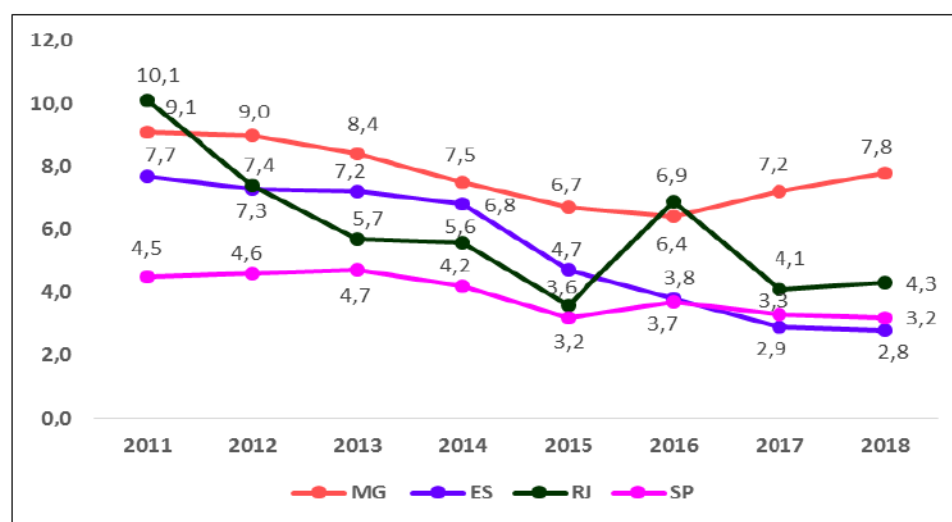
Gráfico 4 – Comparativo das taxas de reprovação do Ensino Médio das escolas dos estados da região Sudeste de 2011 a 2018



Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP

Ao verificar-se as taxas de reprovação no ano de 2011, embora com índice elevado, Minas Gerais é o estado que apresenta o menor percentual da Região Sudeste. Mas o estado que, ao longo dos anos, apresentou maiores quedas nessas taxas foi São Paulo: conforme apresentado no Gráfico 4, em 2011, apresentou o percentual de 13,9%, mas, ao final de 2018, esteve em 7,5%. Já o estado do Rio de Janeiro apresentou as maiores variações, e, ao final do ano de 2018, foi o estado com o maior percentual de reprovação da Região Sudeste, 14,1%.

Gráfico 5 – Comparativo das taxas de abandono do Ensino Médio das escolas dos estados da região Sudeste de 2011 a 2018



Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP

Em relação as taxas de abandono, em 2011, o Rio de Janeiro apresenta o maior percentual quando comparado aos demais estados da Região Sudeste. Até o ano de 2015, esse

estado é o que apresenta as maiores quedas nesta taxa, mas, em 2016, a taxa sofre um grande acréscimo. Logo em 2017, a taxa volta a reduzir, o que acaba representando o terceiro estado da Região com o menor percentual, ficando atrás de São Paulo e Espírito Santo.

Desta forma, veremos como foi a situação específica das taxas de rendimento na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro e quais foram as ações implementadas pela SEEDUC no estado no período de 2011 até 2018.

3 AS TAXAS DE RENDIMENTO E AS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Considerando a essencialidade e importância da análise das taxas de rendimento na perspectiva da busca de uma qualidade educacional, faremos uma apresentação e análise dos principais Programas, Projetos ou metodologias pedagógicas que possam ter alterado/modificado ou interferido de alguma forma nos dados das taxas de rendimento relativas à etapa do Ensino Médio da rede estadual de educação.

No Gráfico 6, é apresentada a evolução das taxas de rendimento, ou seja, aprovação, reprovação e abandono dos discentes do Ensino Médio da rede estadual de educação do Rio de Janeiro.

Gráfico 6 – Evolução das taxas de rendimento do Ensino Médio das escolas estaduais do Rio de Janeiro de 2011 a 2018



Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP

Analisando os dados do gráfico 5, pode-se perceber que 2011 foi um ano em que as taxas de reprovação e abandono foram relativamente altas quando comparadas aos dados nacionais (Gráfico 1). A taxa de reprovação é mais alta em 7% e a de abandono em aproximadamente 3% nas escolas estaduais do Rio de Janeiro quando comparados aos dados das escolas brasileiras.

Comparando a taxa de abandono das escolas estaduais do Rio de Janeiro com os dados da Região Sudeste, percebe-se que o percentual, no ano de 2011, é quase o dobro no contexto fluminense. Já a reprovação apresenta uma diferença maior que 2,0% nas escolas estaduais do Rio de Janeiro quando analisados os percentuais da Região Sudeste (Gráfico 2).

A taxa de aprovação das escolas estaduais do Rio de Janeiro, nesse mesmo ano, estão 11,5% menor do que as escolas da Região Sudeste. No ano de 2012, a situação começa a seguir um outro cenário. Observa-se um aumento expressivo das taxas de aprovação das escolas do Rio de Janeiro na faixa de 6,6% e uma redução nas taxas de reprovação e abandono de quase 4,0% e 3,0% respectivamente.

Mesmo com os as variações positivas das taxas de rendimento nas escolas estaduais fluminenses e a proximidade aos dados nacionais, pode-se perceber que tais resultados ainda ficam distantes dos dados da região Sudeste. Uma atenção especial deve ser dada aos grandes percentuais de reprovação nas escolas estaduais do Rio de Janeiro, que, mesmo sofrendo alguma queda quando comparamos às de 2011, ainda são consideravelmente altos em 2018 em comparação com as escolas da Região Sudeste e brasileiras.

Entre os anos de 2013 e 2015, podem ser percebidas mudanças expressivas nas taxas de rendimento das escolas estaduais do Rio de Janeiro quando comparadas às de 2011. Ao analisar-se o ápice das alterações, que foi o ano de 2015, observa-se a taxa de aprovação subir em 13,1% quando comparado ao ano de 2011, e as taxas de reprovação e abandono reduziram cerca de 5,0% e 8,0%.

Durante os anos seguintes, é percebida uma redução e manutenção dos resultados obtidos até 2015. Destacando-se um aumento expressivo em 2016 na taxa de abandono escolar que praticamente dobrou quando consideramos o ano anterior.

Desta forma, a fim de analisar a situação da educação da rede estadual de ensino do estado do Rio de Janeiro a partir de 2015, segue Tabela 1 que apresenta as taxas de rendimento da Secretaria de Estado de Educação por série de escolaridade do Ensino Médio, do ano de 2015 a 2019.

Tabela 1 – Taxas de rendimento do Ensino Médio da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, apresentadas por série de escolaridade de 2015 a 2019

REDE SEEDUC - COMPARATIVO DE 2015 A 2019 - MATRÍCULAS ABSOLUTAS UTILIZADAS PARA CÁLCULOS DAS TAXAS DE RENDIMENTO												
ANO	1ª SÉRIE				2ª SÉRIE				3ª SÉRIE			
	APROVADO	REPROVADO	ABANDONO	1ª SÉRIE Total	APROVADO	REPROVADO	ABANDONO	2ª SÉRIE Total	APROVADO	REPROVADO	ABANDONO	3ª SÉRIE Total
2015	126.598	34.701	10.158	171.457	103.580	19.224	5.925	128.729	95.244	6.733	2.809	104.786
2016	118.124	41.536	19.949	179.609	100.852	21.668	10.892	133.412	87.422	8.382	5.999	101.803
2017	116.771	37.835	11.413	166.019	100.580	20.555	6.109	127.244	97.050	8.135	3.089	108.274
2018	116.318	39.556	11.917	167.791	104.486	19.686	6.774	130.946	96.493	8.040	3.348	107.881
2019	122.401	37.354	16.454	176.209	103.181	16.480	9.229	128.890	98.219	6.215	5.041	109.475
ANO	TAXA DE APROVAÇÃO				TAXA DE REPROVAÇÃO				TAXA DE ABANDONO			
	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	MÉDIO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	MÉDIO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	MÉDIO
2015	73,8%	80,5%	90,9%	80,4%	20,2%	14,9%	6,4%	15,0%	5,9%	4,6%	2,7%	4,7%
2016	65,8%	75,6%	85,9%	73,9%	23,1%	16,2%	8,2%	17,3%	11,1%	8,2%	5,9%	8,9%
2017	70,3%	79,0%	89,6%	78,3%	22,8%	16,2%	7,5%	16,6%	6,9%	4,8%	2,9%	5,1%
2018	69,3%	79,8%	89,4%	78,0%	23,6%	15,0%	7,5%	16,5%	7,1%	5,2%	3,1%	5,4%
2019	69,5%	80,1%	89,7%	78,1%	21,2%	12,8%	5,7%	14,5%	9,3%	7,2%	4,6%	7,4%
Fonte: MEC/INEP/SEEDUC/Censo Escolar 2015 a 2019						Coordenadoria de Estatísticas Educacionais - COESE/SUPLAN						

Analisando os dados da Tabela 1, percebe-se que a taxa de aprovação mais alta foi no ano de 2015, com um valor médio de 80,4%. A série que apresenta menor taxa em todos os anos é a 1ª série do Ensino Médio, o que acaba representando um grande gargalho do Ensino Médio, ou seja, o aluno fica retido na mesma série e muitas das vezes abandona os estudos.

É importante reforçar que o ano de 2016, dentre todos os anos analisados, apresenta a maior redução na taxa geral de aprovação do Ensino Médio e, conseqüentemente, um maior aumento nas taxas gerais de reprovação e abandono.

A taxa de reprovação teve seu pior resultado, 17,3%, no ano de 2016, sendo 2,3% a mais que no ano anterior. Percebe-se que, ao longo dos anos subsequentes, essa taxa vem sofrendo redução e, no ano de 2019, já tinha sofrido uma queda de 2,8% quando comparada ao ano de 2016, ano de maior alta.

Quando são verificados os percentuais da taxa de aprovação, é possível notar que esta vem sofrendo um aumento desde 2016, ficando na faixa de 78,0% em média. Mas esse

percentual ainda é baixo quando comparado aos valores da Região Sudeste que chegaram a 88,1%, em 2019.

Já a taxa de abandono, entre 2015 a 2019, apresentou maior valor em 2016, 8,9%, seguido pelo ano de 2019, com um percentual de 7,4%. O que é mais do que o dobro do percentual da Região Sudeste no mesmo ano, que foi de 3,4%. Percebe-se que quase 10% dos alunos ingressantes na 1ª série do Ensino Médio acabaram abandonando os estudos em 2019. Além disso, daqueles que chegam à 3ª série, quase 5% desistiram de concluir seus estudos.

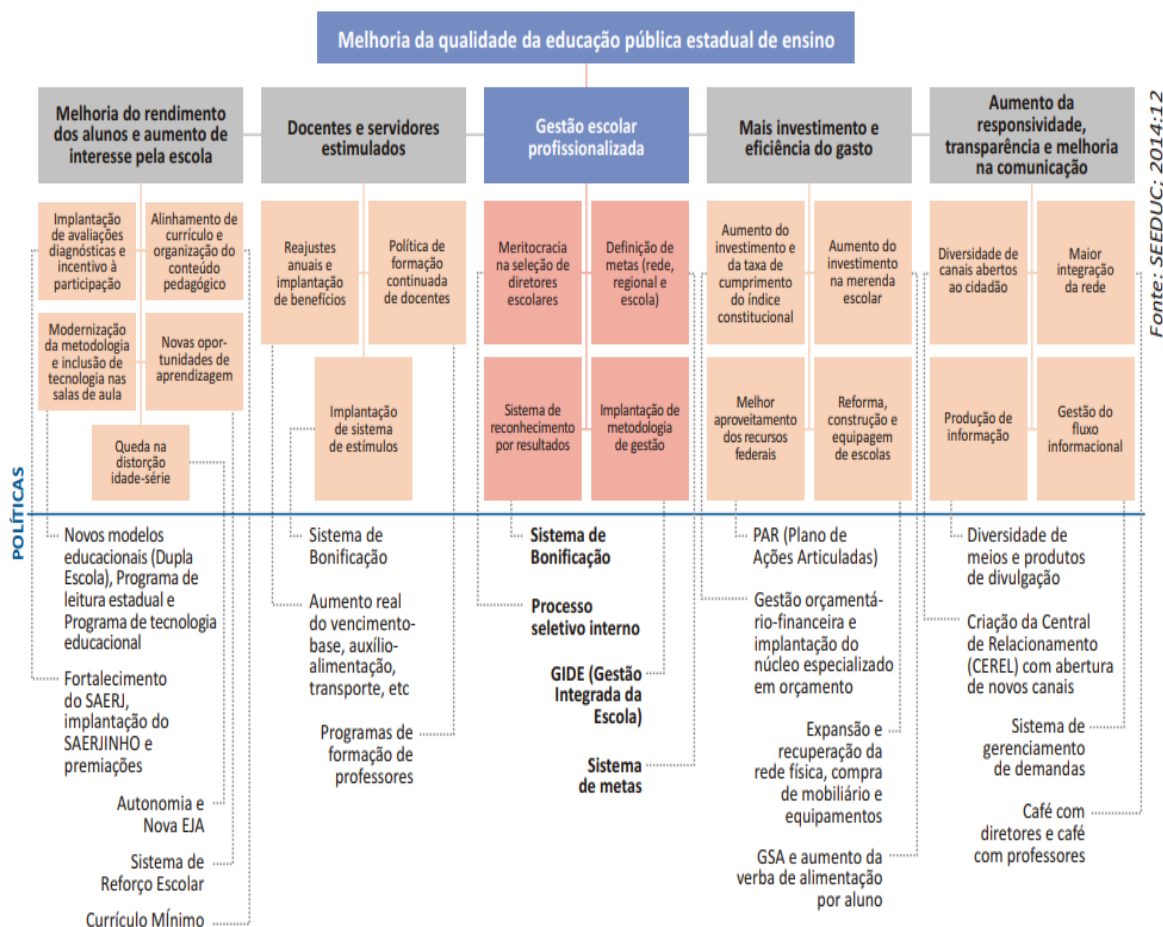
Conforme definido por Carvalho (2001, p. 233) “as estatísticas, as taxas, os índices, os gráficos e as tabelas são cada vez mais tomados como sinônimo de verdade final e incontestável, como prova cabal desta ou daquela afirmação”. Mas, na verdade, os dados por si só não representam nada, precisam ser analisados num contexto em conjunto com as ações desenvolvidas, e que, no caso da SEEDUC-RJ, puderam influenciar diretamente nesses resultados.

Com isso, a Secretaria de Estado de Educação, no período analisado, vinha passando por uma série de mudanças e conseqüentemente implementando diversas políticas com fulcro na melhoria da educação ofertada aos seus alunos. Não caberá neste momento, julgar o mérito das ferramentas, Programas e Projetos implementados, somente apresentar-se-á uma análise de contexto.

Foram implementadas diversas medidas de combate ao abandono escolar, melhoria da qualidade da oferta da educação e valorização dos profissionais da rede para a etapa do Ensino Médio que podem ter influenciado nestes resultados ao longo dos anos.

Na Figura 1, retirada do Caderno de Planejamento da Secretaria de Estado de Planejamento do Rio de Janeiro (SEPLAG-RJ), são apresentadas as políticas adotadas com foco no desenvolvimento da Secretaria e que, de alguma forma, acabaram influenciando no processo de ensino-aprendizagem e elevando, à época, do IDEB do Estado.

Figura 1 – Árvore de Soluções



Fonte: SEEDUC; 2014:12

Fonte: Caderno de Planejamento 2015/SEPLAG

Ao observar-se a Figura 1, é possível perceber diversas políticas públicas pensadas com vistas a melhoria da qualidade do ensino do Rio de Janeiro. Por exemplo, para o combate ao abandono escolar, foi implementado o Sistema Conexão Educação. Nesse Sistema, no ano de 2012, professores e equipe escolar precisavam lançar todos os dados dos alunos, e principalmente as frequências, com intuito de as mesmas serem acompanhadas pela equipe da Secretaria. O Sistema vinha dando, assim, transparência às ações de busca ativa e acompanhamento da frequência dos alunos à escola. Dessa forma, foi ocorrendo ao longo dos anos uma redução drástica nos percentuais de abandono escolar. Com os dados em mãos, era possível uma efetiva ação de busca ativa e muitos alunos retornavam à rede.

Em busca de uma “gestão com foco em resultados” também houve a implantação de uma avaliação externa estadual:

Criação de um sistema de avaliação da escola, o Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ), em que os alunos fazem duas provas anuais, permitindo a obtenção de um caderno da evolução de cada escola, do ponto de vista pedagógico. As metas e indicadores de cada escola, criado pelo Programa Estadual de Gestão/PDE – escola, são

avaliadas, desde o 5º ano do Ensino Fundamental até 3ª série do Ensino Médio e 4ª série do Ensino Normal (Rio de Janeiro, 2011-2014, p. 37)

A avaliação veio ligada a um programa de gratificação e acompanhamento das unidades escolares, a fim de auxiliar na busca dos rendimentos e metas. Em 2011, os discentes da rede participavam do Sistema de Avaliação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ e SAERJINHO) que tinha periodicidade anual e bimestral e buscava reduzir o percentual de reprovação na rede, pois, através de seus dados, era possível uma intercorrência imediata do professor. Tal avaliação estava atrelada a um sistema de premiação da escola e bonificação do professor e da equipe escolar, que ganhavam até dois salários como bônus. A medida visava, além do incentivo ao profissional da educação, investir na qualidade do ensino.

Seguindo dentro desse contexto de mudanças, em 2010, foi implementado o Programa Autonomia, uma parceria com a Fundação Roberto Marinho que se utilizava da metodologia da telessala no desenvolvimento das ações pedagógicas. Tal Programa tinha como propósito mitigar o abandono escolar e a defasagem idade/série.

Ressalta-se que a evasão, o abandono, a reprovação e os reflexos que estes podem causar no fluxo escolar estão no centro de discussões desde a década de 1980. Segundo Ribeiro (1991) a “cultura da repetência”, que foi instituída nas mais diversas escolas do nosso país, é reflexo de uma estrutura sem flexibilidade e que segue a um modelo tradicional de oferta, com um sistema de seriação, trazendo em seu bojo a exclusão, reprovação e abandono.

Em busca da melhoria da oferta da educação, foram construídas unidades escolares de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, através de diversas parcerias (SENAI, SENAC, OI Futuro, Grupo Pão de Açúcar, dentre outras), além de diversas unidades de educação integral em horário integral que buscavam uma nova visão educacional, colocando o discente como centro da sua aprendizagem, ou seja, protagonista do seu processo de aprendizagem e, com isso, preparando-o com habilidades e competências exigidas para a vida e o mundo do trabalho.

No ano de 2013, iniciou-se a implementação de metodologias que buscavam desenvolver nos alunos suas habilidades socioemocionais para a construção de cidadãos autônomos e responsáveis, capazes de enfrentar os desafios do dia a dia e colaborar com a construção da sociedade.

Paralelamente, no mesmo ano, foi implementado um Programa de Reforço Escolar de Língua Portuguesa e Matemática com vistas a desenvolver competências essenciais às etapas de ensino que o discente estava matriculado, além da criação de um currículo mínimo, com apresentação de habilidades, competências e objetos do conhecimento a serem

trabalhados durante os anos/fases/séries/módulos, das mais diversas modalidades de ensino ofertadas na rede estadual, com o objetivo de ofertar um processo de ensino-aprendizagem de forma homogênea em todo Estado.

Houve, ainda, a implementação de diversas outras políticas, tais como: a formação aos profissionais da rede, para passarem por especializações e formações específicas para aqueles componentes curriculares que estavam lecionando; a criação da Gestão Integrada da Escola (GIDE), acompanhando e ajudando a escola no direcionamento e definição das suas metas e gestão; além da ampliação do sistema de comunicação da rede a fim de possibilitar o processo de escuta da rede e da comunidade em geral.

Anui-se que o trabalho se restringiu a apresentar e discutir somente as políticas relacionadas à melhoria dos rendimentos dos discentes e aumento do interesse pela escola, com seus objetivos e metas, além da apresentação de dados específicos de rendimento escolar da Secretaria de Estado de Educação, a fim abordar de maneira clara os possíveis fatores que possam ter influenciado nos dados do IDEB do Rio de Janeiro, principalmente até o ano de 2015. Ano de um marco positivo nos dados, pois, após a implementação, nos anos anteriores, de políticas públicas que não coube ao artigo julgar ocorreu o maior percentual de aprovação e o menor de abandono dentre todo período analisado.

Ao ser analisada a situação das taxas de rendimento no ano de 2016, no qual o Estado do Rio de Janeiro enfrentou uma forte crise financeira e, conseqüentemente, reduziu os investimentos em educação, constata-se um aumento expressivo, quase o dobro quando comparado ao ano anterior, da taxa de abandono escolar. Nessa mesma esteira seguiu a taxa de reprovação, que também sofreu aumento não tão expressivo como o abandono, mas que acabou refletindo uma situação clara de falta de aprendizado ou desinteresse por parte dos alunos. Já a taxa de aprovação sofreu redução, mostrando claramente que menos alunos, dentro do cenário vivenciado, conseguiram avançar de etapa de escolarização.

4 A APRESENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DADOS DE RENDIMENTO DA DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DO ANO DE 2011

Para apresentação do cenário entre os anos de 2011 a 2018, é importante retornar ao ano de 2009, ano marcante para os resultados educacionais da rede estadual de educação do estado do Rio de Janeiro. Após uma realidade educacional preocupante, na qual, em 2009, o Rio de Janeiro ocupava o penúltimo lugar no IDEB do Ensino Médio, quando comparado aos

demais vinte e seis estados brasileiros, conforme Figura 2, algumas medidas com vistas a reverter a situação educacional do estado precisaram ser implementadas e desenvolvidas no âmbito da Secretaria Estadual de Educação.

Figura 2 – Evolução do IDEB – Ensino Médio do Estado do Rio de Janeiro de 2009 a 2013

Unidades da Federação	2009	Unidades da Federação	2011	Unidades da Federação	2013			
1	Paraná	3,9	1	Santa Catarina	4,0	1	Goiás	3,8
2	Santa Catarina	3,7	2	São Paulo	3,9	2	São Paulo	3,7
3	Rondônia	3,7	3	Paraná	3,7	3	R. Gr. do Sul	3,7
4	R. Gr. do Sul	3,6	4	Minas Gerais	3,7	4	Rio de Janeiro	3,6
5	Minas Gerais	3,6	5	Goiás	3,6	5	Santa Catarina	3,6
6	São Paulo	3,6	6	M. G. do Sul	3,5	6	Minas Gerais	3,6
7	M. G. do Sul	3,5	7	Roraima	3,5	7	Pernambuco	3,6
8	Acre	3,5	8	Tocantins	3,5	8	Paraná	3,4
9	Roraima	3,5	9	Amazonas	3,4	9	M. G. do Sul	3,4
10	Espírito Santo	3,4	10	R. Gr. do Sul	3,4	10	Rondônia	3,4
11	Ceará	3,4	11	Ceará	3,4	11	Espírito Santo	3,4
12	Tocantins	3,3	12	Rondônia	3,3	12	Ceará	3,3
13	Amazonas	3,2	13	Acre	3,3	13	Acre	3,3
14	Distrito Federal	3,2	14	Espírito Santo	3,3	14	Distrito Federal	3,3
15	Bahia	3,1	15	Rio de Janeiro	3,2	15	Roraima	3,2
16	Goiás	3,1	16	Distrito Federal	3,1	16	Tocantins	3,2
17	Pernambuco	3,0	17	Pernambuco	3,1	17	Amazonas	3,0
18	Maranhão	3,0	18	Mato Grosso	3,1	18	Piauí	3,0
19	Paraíba	3,0	19	Amapá	3,0	19	Paraíba	3,0
20	Pará	3,0	20	Maranhão	3,0	20	Amapá	2,9
21	Mato Grosso	2,9	21	Bahia	3,0	21	Maranhão	2,8
22	Sergipe	2,9	22	Piauí	2,9	22	Bahia	2,8
23	Amapá	2,8	23	Paraíba	2,9	23	Sergipe	2,8
24	R. Gr. do Norte	2,8	24	Sergipe	2,9	24	Mato Grosso	2,7
25	Alagoas	2,8	25	R. Gr. do Norte	2,8	25	R. Gr. do Norte	2,7
26	Rio de Janeiro	2,8	26	Pará	2,8	26	Pará	2,7
27	Piauí	2,7	27	Alagoas	2,6	27	Alagoas	2,6

RJ	Público e Privada	3,3	RJ	Público e Privada	3,7	RJ	Público e Privada	4,0
	Brasil (Rede Estadual)	3,4		Brasil (Rede Estadual)	3,4		Brasil (Rede Estadual)	3,4

Fonte: Assessoria de Planejamento SEEDUC

Fonte: Caderno de Planejamento 2015/SEPLAG

Nesse cenário, no ano de 2010, a Secretaria de Estado de Educação implementou diversas políticas públicas com foco na melhoria da qualidade da educação pública e consequentemente aumento dos índices apresentados. No final daquele ano, foram levantados os cinco principais problemas enfrentados na educação estadual de ensino, conforme definido por Godoy e Oliveira (2015, p. 9): “(1) baixo rendimento dos alunos e falta de interesse pela escola; (2) docentes e servidores desestimulados; (3) gestão escolar pouco profissionalizada; (4) baixo investimento e ineficiência do gasto e, por fim, (5) ruídos de comunicação e pouca transparência”.

A partir disso, foi construída uma árvore de soluções, conforme Figura 1 da seção anterior, que era pautada em cinco eixos principais: (I) melhoria do rendimento dos alunos e aumento do interesse pela escola; (II) docentes e servidores estimulados; (III) gestão escolar profissionalizada; (IV) mais investimento e eficiência do gasto; (V) aumento da responsabilidade, transparência e melhoria na comunicação.

Como o foco deste artigo são as taxas de rendimento, as ações e recursos empregados na educação que possam, de alguma forma, influenciar na redução ou elevação destas taxas de rendimento, serão apresentadas as ações relacionadas ao eixo na melhoria do rendimento dos discentes dentro da política educacional da rede pública estadual do Rio de Janeiro. Vale destacar que tais políticas perduraram na educação do estado do Rio de Janeiro até o ano de 2015. A partir de então, a crise econômica enfrentada pelo estado exigiu um corte extremo dos gastos e investimentos e várias ações acabaram sendo impactadas e desconstituídas.

4.1 Melhoria do rendimento dos alunos e aumento de interesse pela escola

Este eixo contou com cinco iniciativas principais que tiveram como foco a melhoria dos índices relativos ao ensino-aprendizagem nas escolas. São elas: Implantação de avaliações diagnósticas e incentivo à participação; alinhamento de currículo e organização do conteúdo pedagógico; modernização da metodologia e inclusão de tecnologia nas salas de aula; novas oportunidades de aprendizagem; queda na distorção idade-série. Dentre dessas cinco iniciativas, foram planejadas ações pedagógicas específicas e desenvolvidos Programas e Projetos educacionais com vistas a atingir as metas definidas para o ano de 2015, atingir os cinco primeiros lugares no ranking do IDEB.

Para diagnosticar a rede, verificar os ajustes necessários no processo de ensino-aprendizagem, traçar metas e ofertas metodologias de ensino diferenciadas, agregou-se ao Sistema Avaliativo do Estado do Rio de Janeiro a avaliação SAERJINHO, que tinha como objetivo apresentar resultados bimestrais a todas as escolas da rede estadual de ensino, além de contar com um sistema de premiação aos alunos da rede que obtivessem as melhores colocações na avaliação. Teve sua última aplicação em 2015.

Com intuito de minimizar a defasagem idade-série, foi implementado o Programa Autonomia, em parceria com a Fundação Roberto Marinho. O Programa desenvolvia a aceleração de aprendizagens dos discentes nas etapas de escolaridade do Ensino Fundamental e Médio. Conforme dados da Secretaria de Estado de Educação, o Programa formou mais de 63.000 (sessenta e três mil) discentes entre 2009 a 2014. Nesse período, a defasagem idade-

ano de 60%, em 2007 reduziu para 43%, em 2011. Além disso, a metodologia buscou desenvolver no aluno a autonomia e o protagonismo, levando os discentes a participarem do seu processo de ensino-aprendizagem de forma colaborativa, dinâmica e reflexiva, considerando as suas vivências e realidades.

Com o término deste Programa, em 2014, a Secretaria de Estado de Educação desenvolveu o Programa de Correção de Fluxo para o Ensino Fundamental, que utiliza a mesma metodologia do Autonomia, e a Política de Educação de Jovens e Adultos para o Ensino Médio.

Visando garantir novas oportunidades de aprendizagens aos alunos da rede, foi ofertado o Projeto Reforço Escolar em parceria com a Fundação CECIERJ. O Projeto teve como principal objetivo ofertar novas possibilidades de recuperação de estudos, no qual o foco foi o Letramento em Língua Portuguesa e Matemática. Entre 2014 e 2015, conforme dados da Secretaria de Estado de Educação, mais de 128.000 (cento e vinte e oito mil) discentes do último ano do Ensino Fundamental, das três séries do Ensino Médio e do Curso Normal, participaram do Projeto.

Com o intuito de garantir a todos os alunos da rede estadual a oportunidade de desenvolver as mesmas competências mínimas para cada etapa de escolarização, foi instituído um Currículo Mínimo na rede. Foram selecionados professores das diversas disciplinas que iriam compor o currículo e estes se debruçaram sobre as mais diversas competências e habilidades essenciais ao Ensino Médio e Fundamental a fim de produzirem um documento que buscasse a oferta das mesmas oportunidades aos alunos da rede estadual de educação. Após um ano de trabalho, em 2012, foi lançado o Currículo Mínimo da rede estadual de educação, sendo utilizado por toda a rede e em todas as modalidades de educação ofertadas no âmbito da Secretaria.

Ao analisar-se a finalidade de um Currículo escolar, é possível perceber que este traz em sua essência uma forma de oferta igualitária e justa nas redes de ensino, oportunizando, desta forma, que todos os alunos tenham acesso a conteúdos básicos ofertados em toda rede de ensino. Sendo assim, segundo Lima; Zanlorenzi; Pinheiro (2012, p. 25): “O Currículo representa a caminhada que o sujeito irá fazer ao longo de sua vida escolar, tanto em relação aos conteúdos apropriados quanto as atividades realizadas sob a sistematização da escola”.

Vale destacar que a adequação da rede a um currículo único também viabilizou os processos de avaliações externas estaduais, pois possibilitou uma formatação com relação às competências desenvolvidas ao longo dos bimestres em todas as disciplinas e escolas da rede estadual de ensino.

Por fim, a Secretaria também pensou em novos modelos educacionais que envolviam basicamente a oferta de uma educação integral em tempo integral. Em 2008, a Secretaria criou o Programa Dupla Escola, que basicamente estruturou em ofertar o Ensino Médio em horário integral associado à formação profissional em três anos. Este programa contou com algumas parcerias que, ao longo dos anos, foram sendo firmadas com o intuito de atender aos anseios da comunidade escolar e às demandas do mercado. Também foram ofertadas possibilidades de metodologias diferenciadas com arranjos curriculares inovadores garantindo, desta forma, novas possibilidades de escolhas aos estudantes que ingressam na rede estadual.

Em 2014, incorporou-se outra dimensão da educação integral: a Solução Educacional. Cujo foco foi a incorporação de competências socioemocionais ao trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula. Conforme retrata Felício (2012):

[...] a educação integral deve ser capaz de responder a uma multiplicidade de exigências, ao mesmo tempo em que deve objetivar a construção de relações na direção do aperfeiçoamento humano, o que comporta na oferta de possibilidades para que o indivíduo possa evoluir, plenamente, em todas as suas dimensões (cognitiva, corpórea, social, cultural, psicológica, afetiva, econômica, ética, estética, entre outras). (FELÍCIO, 2012, p. 05)

Dessa forma, o currículo passa a ancorar suas atividades e ações no projeto de vida do estudante. Na Tabela 2, são apresentados os objetivos, as concepções da educação integral, os cursos, além dos números de unidades e alunos do Programa de Educação Integral Dupla Escola e Solução Educacional.

Tabela 2 – Programa de Educação Integral (2008 a 2014)

Programa de Educação Integral	DUPLA ESCOLA			SOLUÇÃO EDUCACIONAL	
	EM Integrado	EM Articulado	EM Intercultural	EM de Referência	EM Nova Geração
Data início	2008	2013	2013	2013	2014
Objetivos	Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Desenvolver habilidades para atividades específicas ligadas ao mercado de trabalho.	Ensino Médio Regular ofertado pela Seeduc e Educação Profissional Desenvolver habilidades para atividades específicas ligadas ao mercado de trabalho.	Ensino Médio Regular, não profissional. Desenvolver a proficiência em língua estrangeira, valorização cultural, interculturalidade.	Desenvolver aprendizagem cognitiva associada às competências socioemocionais, dentro da matriz do séc. XXI, com foco protagonismo juvenil; Aproximar escola do mundo e interesse dos jovens.	Incorporar partes do Ensino Médio de Referência, ampliando a dimensão não-cognitiva no currículo.
Concepção educação integral	Educação Profissional; Turno e contraturno escolar.	Educação Profissional; Turno (SEEDUC) e contraturno escolar (Parceiro).	Escola com desenvolvimento da área de linguagens; Turno e contraturno escolar.	Aprendizagem socioemocional e projetos de vida; Turno e contraturno escolar.	Aprendizagem não-cognitiva e projetos de vida; Turno ampliado
Cursos/ aprendizagens ofertadas	Biotecnologia, Metrologia, Multimídia, Roteiros para Mídias Digitais, Jogos Digitais, Panificação, Leite e Derivados, Administração, Edificações, Informática, Produção em Áudio e Vídeo, Química, Hospedagem, Agropecuária.	Logística	Ênfase em Francês, Espanhol, Inglês, Turco, Mandarim	Foco aprendizagem socioemocional, por meio protagonismo juvenil, projetos de pesquisa, intervenção e de vida.	Fortalece dimensão não cognitiva na matemática, língua portuguesa, ciências e projeto de vida.
Número de unidades escolares	10 Unidades Escolares	4 Unidades Escolares	5 Unidades Escolares	Iniciou com 1 Unidade Escolar experimental e depois incorporou mais 2 Unidades Escolares	51 Unidades Escolares
Número alunos	cerca de 10 mil alunos (todo Dupla Escola)			cerca de 11 mil alunos (toda Solução Educacional).	

Fonte: Coordenadoria de Ensino Médio/SEEDUC-RJ

Cabe ressaltar que se tornou essencial no mundo atual a reflexão sobre as ações, metodologias e práticas que são ofertadas a fim de garantir o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa para os alunos, que os prepare para os desafios da vida e do mundo do trabalho, destacando o que define Santos (2008, p. 33): “A aprendizagem somente ocorre se quatro condições básicas forem atendidas: a motivação, o interesse, a habilidade de compartilhar experiências e a habilidade de interagir com os diferentes contextos”.

Dessa forma, a partir do ano de 2014, o Programa de Educação Integral na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro foi consolidado, e, conforme Tabela 3, no ano de 2019, foram 479 (quatrocentas e setenta e nove) unidades escolares com oferta de cursos de

educação integral e cerca de 25.000 (vinte e cinco mil) discentes contemplados com a proposta.

Tabela 3 – Programa de Educação Integral (2019)

Programa de Educação Integral	EM Integrado	EM Articulado	EM Intercultural e com Ênfase em Línguas	Técnico em Administração com Ênfase em Empreendedorismo	Ensino Médio com FIC	Cívico-Militar	Cívico-Militar Vocacionada Esporte	EM Vocacionado ao Esporte	Ensino Médio Inovador
Ano 2020									
Objetivos	Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Desenvolver habilidades para desenvolver atividades específicas ligadas ao mercado de trabalho.	Ensino Médio Regular ofertado pela Secretaria e Educação Profissional certificada por parceiros de forma articulada. Desenvolver habilidades para atividades específicas ligadas ao mercado de trabalho.	Ensino Médio Regular, não profissional. Desenvolver a proficiência em língua estrangeira, valorização cultural, interculturalidade.	Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Promover a formação integral do estudante, focalizando a aplicação do Empreendedorismo para a iniciação científica e o mundo do trabalho.	Ensino Médio Regular ofertado pela Secretaria e Formação Inicial Continuada certificada por parceiros. Desenvolver habilidades para atividades específicas ligadas ao mercado de trabalho.	Ensino Médio Regular que visa fomentar os valores e princípios militares, baseados na disciplina, hierarquia, Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes saudáveis, sobretudo ligadas à prática de exercício esportivo, assim como os preceitos de solidariedade e justiça.	Ensino Médio Regular que visa fomentar os valores e princípios militares, baseados na disciplina, respeito mútuo, cooperação, Fomentar o desenvolvimento esportivo, visando contribuir para a ampliação das potencialidades esportivas e promoção da saúde, mobilizando, assim, as dimensões do ser humano de forma integrada, contribuindo para o desenvolvimento de competências, habilidades, valores e atitudes.	Permitir a transversalidade dos conteúdos trabalhados de forma conectada, dinâmica baseada no diálogo com a realidade, utilizando o esporte como temática central. O esporte será desenvolvido de maneira integrada com a missão de formar alunos com perfil de atletas-cidadãos,	Fortalecem a dimensão não-cognitiva da aprendizagem da Matemática, da Língua Portuguesa e das Ciências, além de oferecer espaços curriculares para o desenvolvimento de projetos de vida e de pesquisa e intervenção.
Concepção educação integral	Educação Profissional; Turno e contraturno escolar.	Educação Profissional; Turno (SEEDUC) e contraturno escolar (Parceiro).	Escola com desenvolvimento da área de linguagens; Turno e Contraturno escolar.	Educação Profissional; Turno e contraturno escolar.	Formação Inicial e Continuada; Turno e contraturno escolar.	Escola com desenvolvimento da temática militar; Turno e contraturno escolar.	Escola com desenvolvimento da temática militar e esportiva; Turno e contraturno escolar.	Escola com desenvolvimento da temática esportiva; Turno e contraturno escolar.	Escola com desenvolvimento do eixo trabalho-ciência-tecnologia-cultura; Turno e contraturno escolar.
Cursos/ aprendizagens ofertadas	Biotechnology, Metrologia, Multimídia, Jogos Digitais, Panificação, Leite e Derivados, Administração, Edificações, Informática, Produção em Áudio e Vídeo, Química, Hospedagem, Agropecuária e Telecomunicações.	Logística, Transporte Aquaviário e Eletrotécnica	Ênfase em Francês, Espanhol, Inglês, Turco, Mandarim, Italiano e Ênfase em duas línguas (Inglês e Espanhol)	Empreendedorismo	Cursos específicos	Foco no desenvolvimento das temáticas cívico militar	Foco no desenvolvimento das temáticas cívico militar e esportivas	Foco no desenvolvimento da temática esportiva	Foco no desenvolvimento do eixo trabalho-ciência-tecnologia-cultura ligados às áreas do conhecimento.
Número de Unidades Escolares	17 Unidades Escolares	5 Unidades Escolares	7 Unidades Escolares	153 Unidades Escolares	270 Unidades Escolares	10 Unidades Escolares	1 Unidade Escolar	1 Unidade Escolar	27 Unidades Escolares
Número alunos	cerca de 25 mil alunos distribuídos em todos os cursos								

Fonte: Coordenadoria de Ensino Médio/SEEDUC-RJ

Vale destacar que, a partir de 2015, algumas propostas que envolviam aplicação de recursos financeiros sofreram descontinuidade ou foram extintas/adaptadas devido à crise financeira enfrentada pelo Estado do Rio de Janeiro. Dentre estas propostas, pode-se citar: Programa Autonomia, as Avaliações SAERJ e SAERJINHO e o Reforço Escolar que foram extintos.

Em tempo, esclarece-se que na última edição do IDEB, em 2019, o Rio de Janeiro, depois de já ter alcançado 4º e 7º lugares em edições anteriores, ficou em 20º lugar dentre os 27 estados avaliados, com uma média de aprovação de 81,7%, reprovação de 12,5% e

abandono de 5,8%, conforme dados publicados pelo INEP. De uma certa forma, isso representa o quanto a descontinuidade das políticas públicas acaba impactando nos resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo central mostrar a possibilidade de uso dos indicadores de rendimento por parte dos gestores da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, que não possui uma política de avaliação externa própria, para avaliar, ao longo dos anos, quais Programas, Projetos e metodologias pedagógicas aplicadas impactam nos índices e, conseqüentemente, no processo de ensino-aprendizagem dos alunos de Ensino Médio da rede estadual de ensino.

Nesse contexto, ao analisar e interpretar os resultados das taxas de aprovação, reprovação e abandono das escolas de Ensino Médio da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, foi possível traçar um diagnóstico claro e avaliar as ações relativas à implementação/acompanhamento de programas, projetos e metodologias educacionais que impactaram ou possam vir a influenciar de certa forma nestes resultados e análises.

Como consequência dessa análise, foi possível verificar a importância da análise dos indicadores de rendimento por parte de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e, principalmente, pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, com o intuito orientar as ações e políticas públicas da rede e conseqüentemente o desenvolvimento da qualidade educacional.

O maior foco do artigo foi mostrar a situação do Rio de Janeiro dentro do cenário educacional do Brasil e da Região Sudeste. Por meio da análise dos dados de rendimento escolar entre os anos de 2011 a 2019, foi possível retratar as taxas de aprovação, reprovação e abandono. Durante o período analisado, as taxas passaram por grandes variações e os resultados foram bem variados. Nos últimos anos, é possível perceber que a situação vem melhorando gradativamente, muito embora, quando comparamos todos os dados dentro do contexto nacional e regional (Região Sudeste), percebe-se que a educação do Estado do Rio de Janeiro muito tem a desenvolver, para que apresente dados mais expressivos.

Dentre as ações que foram desenvolvidas pela SEDUC-RJ, foi implementado o Sistema Conexão Educação com objetivo de propiciar melhor acompanhamento da rede. Para diagnosticar a rede, foi implementado um sistema de avaliação externa estadual. Com intuito de reduzir a defasagem idade-série, foi desenvolvido o Programa Autonomia. Um Reforço Escolar também foi trabalhado no período estudado para apoiar os alunos durante as etapas de

escolarização que estavam cursando. Além dessas, outras políticas foram propostas e desenvolvidas na rede ao longo do período analisado.

Como destacado por Freire (2011, p. 87) “o conhecimento envolve a constante unidade entre ação e reflexão sobre a realidade”. Nesse sentido, as análises feitas no artigo contribuíram para uma visão ampla e clara do panorama do Ensino Médio da rede ao longo dos últimos anos, além de terem possibilitado a verificação de dados detalhados referentes aos últimos cinco anos, inclusive com diagnóstico das taxas de aprovação, reprovação e abandono pelas respectivas séries. O que possibilitou verificar as estratégias que podem ser adotadas pela Coordenação de Ensino Médio da SEEDUC-RJ, visando melhorar o rendimento dos alunos e conseqüentemente os dados apresentados.

O diagnóstico possibilitou uma reflexão sobre os altos índices de reprovação e abandono escolar na primeira série do Ensino Médio na rede estadual de ensino, dado importante para análise das estratégias pedagógicas a serem adotadas para que estes alunos consigam acompanhar e desenvolver as competências e habilidades necessárias no Ensino Médio e conseqüentemente não abandonem seus estudos.

Sem esgotar o assunto, pois este é de grande complexidade devida à várias influências que as taxas de aprovação, reprovação e abandono podem sofrer, as análises permitiram mostrar a importância dos indicadores de rendimento para direcionarem as ações e políticas públicas da Secretaria de Estado de Educação com foco no desenvolvimento de uma educação pública de qualidade.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Rubens Barbosa et al. *Problematização do conceito de qualidade presente na pesquisa custo aluno ano em escolas de educação básica que oferecem condições para a oferta de um ensino de qualidade: relatório de pesquisa*. Brasília: MEC/Inep, 2006.

CARVALHO, M. P. de. *Estatísticas de desempenho escolar: o lado avesso*. In Educação e Sociedade, Campinas, n. 77, p. 231-252, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7052.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

COLL, César. *Aprendizagem escolar e construção do conhecimento*. Porto Alegre: Artes Medicas, 1994.

FELÍCIO, Helena Maria dos Santos. *Análise curricular da escola de tempo integral na perspectiva da educação integral*. In Revista e- Currículum, v.8, n.1, São Paulo, abril, 2012, p. 1- 18

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, Paulo. *Ação cultural para liberdade e outros escritos*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, L. C. *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*. Petrópolis: Vozes, 2009.

GODOY, Marcos e OLIVEIRA, Cristiane dos Santos. *Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Caderno de Planejamento - Experiências Inovadoras na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro: Como o fortalecimento da gestão estratégica explica o avanço no IDEB*, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3AWCC191379>>. Acesso em: 03 de jan. 2021.

INEP. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Anísio Teixeira. Ministério da Educação*. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2016/taxas_de_rendimento_escolar_e_ideb.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

INEP -. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Anísio Teixeira. Ministério da Educação*. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/etapas-da-coleta>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

_____. *Plano de Governo do Rio de Janeiro. Sérgio Cabral*, Rio de Janeiro, 2011-2014.

_____. *Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Resolução SEEDUC N° 4295 de 04 de junho de 2009. Estabelece normas para o funcionamento do Projeto Autonomia visando à correção do fluxo escolar em distorção idade-série*. Diário Oficial do Estado, Rio de Janeiro, 05 jun. 2009, Seção I, p.16.

LIMA, Michele Fernandes; ZANLORENZI, Claudia Maria Peckak; PINHEIRO, Luciana Ribeiro Alves. *A função do Currículo no Contexto Escolar*. Curitiba: Inter saberes, 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

SANTOS, J. C. F. dos. *Aprendizagem Significativa: modalidades de aprendizagem e o papel do professor*. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SOARES, J. F. *O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos*. In Revista Eletrônica Iberoamericana sobre a Calidad, Eficacia y Cambio em Educacion, 2004, p. 83-104.

VASCONCELLOS, C. dos S. *Finalidade da avaliação*. In Avaliação: concepção dialética - libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1994.